

Alguns eventos sobre o papel de Moçambique nas Nações Unidas em Genebra, em 2019

1- Moçambique na 18^a. Conferência dos Estados Parte da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Bravia em Perigo de Extinção (CITES)

Esta conferência que teve lugar, em Genebra, em Agosto, é realizada de 2 em 2 anos, teve como objectivo fazer o ponto da situação da implementação da Convenção e das decisões tomadas.

A Conferência decorreu numa altura em que se intensificavam os esforços da criação do equilíbrio entre o comércio internacional das espécies em causa e a sustentabilidade da biodiversidade da flora e da fauna, com o aumento da caça furtiva, em geral.

Durante a Conferência, Moçambique organizou os seguintes eventos paralelos:

a) Evento paralelo sobre a implementação da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Bravia em Perigo de Extinção (CITES) em Moçambique

Foram oradores os representantes do Secretariado da CITES, do Banco Mundial e da França, grandes parceiros de Moçambique nos esforços da gestão das áreas de conservação de espécies em risco de extinção e não só.

Esses parceiros contribuíram no financiamento de programas e projectos de conservação com €31 milhões (França); \$ 46 milhões (Banco Mundial); \$ 16 milhões (Nações Unidas/PNUD), nos últimos anos.

Desses, o mais antigo é o BM, que financia projectos desde a criação dos Parques Transfronteiriços há cerca de 20 anos.

Coube ao Director – Geral da Administração Nacional de Áreas de Conservação, o Senhor Mateus Mutemba, fazer a apresentação do ponto de situação, dando a conhecer que devido à caça furtiva e o tráfico, a população de elefantes baixou 10.800, o que coloca o país na categoria B da escala do instrumento (tool) *NIPE* desenvolvido pelo Secretariado da CITES; isto é, não se qualifica à prática do comércio internacional. Moçambique já esteve no Grupo A.

Na interacção havida, esclareceu-se que a reserva do Niassa perdeu cerca de 60% dos elefantes, em parte, por conta da caça furtiva. Por outro lado, revelou-se que os ciclones *Idai* e *Kenneth* destruíram importantes vias de

acesso às áreas de conservação no Centro e Norte do país, incluindo a área de conservação do Niassa.

b) Assinatura do Acordo entre Moçambique e a CITES no âmbito da Monitoria do Abate Ilegal de Elefantes

Moçambique e o Secretariado da CITES, na pessoa do Director – Geral da Administração de Parques, Senhor Mateus Mutemba e da Secretária – Geral da CITES, Senhora Ivonne Higuero, assinaram o acordo orçado em € 600 mil, para um período de 4 anos.

O financiamento será disponibilizado pela União Europeia, no quadro da Monitoria do Abate Ilegal de Elefantes, sendo consagrado à área de conservação do Niassa, onde se encontram cerca de metade dos elefantes que o país dispõe.

2 - Moçambique termina mandato na Convenção sobre o Banimento de Minas Anti-pessoal

O mandato de Moçambique, ao nível da Convenção sobre o Banimento de Minas Anti-pessoal chegou ao fim em Novembro último, no decurso da 4ª Conferência de Revisão da Convenção sobre o Banimento de Minas Anti-pessoal, realizada em Oslo – Noruega.

A conferência debruçou-se sobre a implementação, nos seus diferentes capítulos, da Convenção, nos últimos 4 anos, na perspectiva da meta aspiracional definida em Maputo, da conclusão do processo da clarificação de minas, em todo o Mundo, até 2025.

Os capítulos mais debatidos foram a desminagem, universalização, assistência às vítimas, arquitectura da Convenção, entre outros.

A questão da **desminagem** foi abordada ao abrigo do artigo 5 da Convenção. Notou-se que, desde a entrada em vigor deste instrumento, 31 dos 164 estados parte concluíram a desminagem, o que foi objecto de regozijo. Entretanto, verificou-se que muito havia ainda por fazer, para a realização do objecto da Convenção de libertar o mundo de minas anti-pessoal.

Nesse contexto, estima-se que 52 milhões de minas terão sido retiradas e destruídas, com a conseqüente devolução das áreas desminadas às comunidades para o desenvolvimento das suas actividades, incluindo a agricultura.

Embora esteja prevista na Convenção, deplorou-se a multiplicação dos pedidos de extensão do artigo 5, sobretudo por parte da Argentina. Trata-se das minas plantadas nas disputadas Ilhas (Malvinas para a Argentina e Falkland para o Reino Unido).

Cambodja, Chade, Etiópia, Eritreia, Tadjiquistão e Yemen são os outros estados parte que submeteram os pedidos de extensão, entretanto, aprovados pela conferência.

Moçambique, um dos países que concluiu o processo de desminagem nos últimos 4 anos, interveio nos pontos da agenda sobre o cometimento político da Convenção, transparência e assistência, aspectos da Convenção em que ainda tem responsabilidades.

No âmbito da **universalização**, o Presidente da Conferência reportou ter efectuado visitas a alguns estados ainda não partes da Convenção, com a intenção de convencê-los a aderirem à Convenção.

Coube a Moçambique, na qualidade de presidente, apresentar o relatório do Comité de **assistência às vítimas** e sobreviventes de minas anti-pessoal. O documento realçou o trabalho realizado por este Comité, com o Grupo de 30 países com números significativos de sobreviventes, nos últimos 4 anos, incluindo a realização de seminários em 2018 e 2019, para além da Conferência Global havida em 2019, na Jordânia.

Os sobreviventes de acidentes de minas constituem parte do universo de pessoas com deficiência, cujos direitos estão articulados na Convenção das Nações Unidas afim, distinguindo-se pelos traumas sofridos no acto dos acidentes, extensivos às respectivas famílias e comunidades.

Principais Resultados da Conferência

Os resultados principais da conferência prenderam-se com a adopção do documento da revisão da implementação da Convenção; Plano de Acção de Oslo; Declaração de Oslo sobre o Mundo Livre de Minas Anti-pessoal e das resoluções sobre os pedidos de extensões de prazos para a conclusão dos processos de desminagem dos 7 países acima indicados.

Pela 1ª. vez, o Plano de Acção contém indicadores, nas diferentes secções, o que permitirá a identificação dos progressos, constrangimentos e desafios, e concepção de medidas para a sua superação atempada.

O facto de todos os documentos principais da conferência terem sido adoptados por aclamação, significa que o evento foi bem sucedido.

Embora a Convenção seja dos mais bem sucedidos instrumentos do desarmamento internacional, ainda não tem natureza universal. Com efeito, 33 estados das NU, mantêm – se fora da Convenção, isto é, a aspiração política do *Mundo Livre de Minas, até 2025*, é de realização quase impossível.

Ademais, a disputa entre a Argentina e o Reino Unido sobre a soberania das Malvinas/Falkland; o recurso ao uso de minas improvisadas por grupo extremistas no Afeganistão, Nigéria, Somália, entre outros, implica que as minas lá plantadas não poderão ser removidas.

O mandato de Moçambique no Comité de Assistência às Vítimas, terminou com o fim da Conferência de Revisão. Tratou-se de um mandato que se revestiu de importância especial, tendo em conta a preparação desta Conferência, nos últimos 2 anos. Dessa preparação, relevou a concepção de indicadores no novo Plano de Acção, uma importante inovação em relação aos Planos de Acção de Nairobi, Cartagena e Maputo.

Seminário de peritos sobre assistência às vítimas

À margem da Conferência, teve lugar o seminário de peritos sobre assistência às vítimas e sobreviventes de minas anti-pessoal, sob a presidência de Moçambique.

A sessão de abertura contou com a presença do Príncipe Mired da Jordânia, na qualidade de Enviado Especial da Convenção; do Ministro norueguês para o Desenvolvimento Internacional e da Enviada Especial do Secretário-geral das Nações Unidas para Pessoas com Deficiência.

O seminário, que foi dedicado ao Grupo de 30 Países com números significativos de sobreviventes de minas, teve como objectivo principal a troca de impressões sobre as estratégias da implementação das acções do Plano de Acção de Oslo, referentes à assistência às vítimas de minas.

Os resultados do seminário foram positivos, na medida em que notou-se que os 30 países, incluindo Moçambique, estavam em estágios diferentes sobre a matéria, tendo acordado na troca de notas sobre as boas práticas e experiências que possam ser úteis a uns e outros.

Notou-se, como desafios comuns, a insuficiência de recursos de toda a índole; necessidade de capacitação institucional para a recolha de dados desagregados por sexo, idade e tipo de deficiência; dificuldades de acesso às tecnologias assistivas, entre outros aspectos, em conexão com a Convenção sobre os Direitos de Pessoas com Deficiência.

O Ministro norueguês anunciou a abertura do país para financiar projectos e programas atinentes à capacitação de pessoas com deficiência, nos próximos 4 anos.

Os participantes visitaram o Centro de Oslo de Tecnologia Assistiva, tido como de referência internacional.

3 - Moçambique no Grupo de Apoio à Estratégia das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres

A convite da presidência do Grupo de Apoio à Estratégia das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (RRD), S. Excia o Embaixador Amadeu da Conceição procedeu a uma apresentação sobre a preparação e resposta aos ciclones acima referidos, bem como as lições aprendida, a 4 de Dezembro.

Na sua apresentação, o Senhor Embaixador realçou que Moçambique era um dos países africanos mais vulnerável aos eventos de tempo e climáticos extremos: só nos últimos 40 anos, cerca de 20 milhões de pessoas sofreram cumulativamente de secas, cheias, epidemias e ciclones tropicais, com tendência de aumento em frequência e intensidade.

Assim, cerca de 60% da população e 40% do Produto Interno Bruto (PIB) estão, anualmente, expostos a 2 ou mais eventos climáticos extremos.

A apresentação contemplou ainda (i) o historial da ocorrência de desastres naturais no país de 1975 a 2015, com evidências de aumento em frequência e intensidade; (ii) a estrutura central da gestão de desastres naturais, incluindo a do próprio INGC; (iii) o quadro jurídico e programático, em linha com o Quadro de Sendai sobre a Redução de Risco de Desastres.

Quanto às acções de preparação e resposta aos ciclones, indicou os alertas lançados atempadamente; a avaliação das necessidades pós – ocorrência dos ciclones; o número dos afectados, mortos, feridos; e dos transferidos para áreas seguras, bem como as gigantescas operações logísticas realizadas para a assistência dos sobreviventes.

Algumas das lições aprendidas apresentadas prenderam-se com a gestão do fluxo de informação bem estabelecida; apoio e solidariedade nacional; apoio dos países e parceiros internacionais; recursos limitados sob os pontos de vista humano, financeiro e técnico ao nível local.

Na parte interactiva e em resposta a questões colocadas, o Senhor Embaixador afirmou que a reconstrução em curso era baseada no conceito de cidades resilientes; que havia necessidade de capacitação de quadros em vários domínios, entre outros.

O Representante Permanente de Portugal fez, igualmente, a sua apresentação, de que relevou o apoio humanitário de emergência que o seu país prestou a Moçambique, desde a primeira hora, na sequência da ocorrência dos ciclones em apreço.

Tratou-se de apresentações que despertaram muito interesse nos presentes, a calcular pela riqueza da parte interactiva, sempre no contexto do Quadro de Sendai sobre a RRD. Foi propositado o emparelhamento de Moçambique e Portugal, pois reflectiu o papel da cooperação internacional, ainda no âmbito desse Quadro.